

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

A POUPANÇA NO SISTEMA BANCÁRIO

Uma visão prática a partir da Agência São
Miguel - Guarda da Caixa Geral de
Depósitos

Ana Rita dos Santos Januário

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Economia Financeira, orientado pelo Professor Doutor António Portugal Duarte e apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2019



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Agradecimentos

Este relatório de estágio traduz o culminar de anos de trabalho e de estudo nesta grande casa, que é a Universidade de Coimbra. Foram anos de grandes aprendizagens e de vivências. Sem dúvida que hoje sou capaz de identificar os meus objectivos e o caminho a seguir, que seria impossível sem esta experiência. Ao deparar-me com o final deste ciclo (de estudos), surge um misto de emoções, mas principalmente um sentimento de dever cumprido e de finalização. Naturalmente, que a maior parte do esforço foi feito por mim, mas tenho plena noção de que não o teria conseguido sem a ajuda de algumas pessoas. Como tal, torna-se pertinente agradecer a quem sempre me acompanhou e apoiou:

À minha família, sem eles não teria sido possível de todo chegar até aqui, por toda a motivação e força nas piores alturas.

A todos os colaboradores da Agência São Miguel, da Guarda, pela forma acolhedora como me integraram na equipa e pela transmissão de conhecimentos. Em especial à gerência: Dra. Sandra Pinto (supervisora profissional), que sempre me alertou nas alturas certas e pela disponibilidade em me esclarecer, e ao Dr. Humberto Barroso pela paciência e apoio que me prestou.

Ao Professor Doutor António Portugal Duarte, por ter aceitado a tarefa de me orientar. Pelo seu elevado conhecimento e notável competência, assim como pela sua disponibilidade incondicional, compreensão como professor e como pessoa dedicada aos alunos.

A todos os meus colegas e amigos, que de uma forma ou de outra, me acompanharam ao longo desta jornada. Com eles partilhei momentos que levarei comigo e que me ajudaram a amadurecer e a sentir o espírito académico desta cidade.

A Coimbra.

“Onde não há ensinamento, não há seguimento.”

Popular

Resumo

O presente relatório de estágio é o resultado da realização do estágio curricular na Caixa Geral de Depósitos (CGD), na Agência São Miguel, da Guarda, no âmbito do plano curricular do Mestrado em Economia, com especialização na área de Economia Financeira, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Este relatório encontra-se dividido em três grandes secções (para além da introdução e conclusão). Na primeira secção é feito um enquadramento da situação económico-financeira de Portugal, com particular relevo para os indicadores da banca. Seguidamente restringe-se a análise ao grupo CGD português, fazendo-se uma contextualização desta instituição nos últimos anos. Na segunda secção faz-se uma pequena revisão da literatura em redor da temática da poupança. Por último, o relatório de estágio centra-se propriamente no estágio de quatro meses na Agência São Miguel, da Guarda, da CGD. Nesta secção faz-se um breve resumo das características socioeconómicas da zona envolvente, onde se tipifica o aforrador mais comum desta agência bancária. O relatório termina com uma descrição sucinta das tarefas realizadas ao longo do estágio, assim como das aprendizagens e competências adquiridas neste período.

PALAVRAS-CHAVE: CGD, sistema bancário, poupança, taxa de juro, aforrador.

Abstract

This internship report is the result of the curricular internship at Caixa Geral de Depósitos (CGD), at the São Miguel Agency, Guarda, within the scope of the Master's degree program in Economics, with specialization in the area of Financial Economics of the Faculty of Economics, University of Coimbra.

This report is divided into three major sections (beyond the introduction and conclusion). The first section presents a framework of Portugal's economic and financial situation, with particular emphasis on banking indicators. Afterwards, the analysis is restricted to the Portuguese CGD group, making a contextualization of this institution in recent years. In the second section, there is a small review of the literature on saving. Finally, the internship report itself focuses on the four-month internship at CGD's São Miguel Agency, Guarda. This section gives a brief summary of the socio-economic characteristics of the surrounding area, where the most common saver of this bank branch is typified. The report ends with a brief description of the tasks performed throughout the internship, as well as the learning and competences acquired during this period.

KEYWORDS: CGD, banking system, saving, interest rate, saver.

Índice

Agradecimentos	3
Resumo.....	5
Abstract	6
Índice.....	7
1) Introdução	9
2) Breve enquadramento económico-financeiro de Portugal e do seu sistema financeiro: o caso prático da CGD.....	10
2.1) Enquadramento económico	10
2.2) História da CGD	17
2.3) Caracterização económico-financeira da CGD	18
3) Revisão da literatura	21
4) Estudo de caso	23
4.1) Apresentação da entidade de acolhimento	24
4.2) Tarefas desenvolvidas	25
4.3) Análise de dados.....	27
4.4) Análise crítica do estágio	31
5) Conclusão	34
Bibliografia.....	36
Anexos	38

Índice de Figuras

Figura 1 – Taxa de Crescimento real do PIB.....	11
Figura 2 – Consumo privado e Consumo público.....	11
Figura 3 – Taxa de cobertura das importações pelas exportações (de bens e serviços)	12
Figura 4 – Taxa de emprego e desemprego total	14
Figura 5 – Dispersão das agências da CGD do distrito da Guarda (NUTS II)	24
Figura 6 – Organograma da Agência São Miguel, da Guarda.....	25
Figura 7 – Taxa de poupança das famílias	29
Figura 8 – Distribuição das poupanças dos clientes da Agência São Miguel, da Guarda	30

Índice de Quadros

Quadro 1 – Taxa de investimento: total e por ramo de actividade.....	13
Quadro 2 – Taxa de desemprego por grupo etário (%), no ano de 2018.....	14
Quadro 3 – Algumas das rúbricas dos balanços consolidados dos bancos portugueses.....	15
Quadro 4 – Síntese de alguns indicadores do sector bancário português	16
Quadro 5 – Balanço consolidado do Grupo CGD Português	19
Quadro 6 – Síntese dos principais indicadores da CGD	20

Lista de Siglas

APB – Associação Portuguesa de Bancos	FIN – Ficha de Informação Normalizada
ATM - Automated Teller Machine (cash machine)	IRS – Imposto sobre o Rendimento Singular
ATS – Automated Teller System	NIC – Número de Identificação da Caderneta
BCE – Banco Central Europeu	NPE – Non-Performing Exposures
BD – Base de Dados	NPL - Non-Performing Loan
CET 1 – Common Equity Tier 1	NUTS – Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais
CGD – Caixa Geral de Depósitos	PIB – Produto Interno Bruto
CMVM – Comissão de Mercado e de Valores Mobiliários	PIN – Personal Identification Number
DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor	PB – Plataforma de Balcão
DP – Depósitos a Prazo	PPR – Plano Poupança Reforma
FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo	ROA - Return on Assets
FI – Fundos de Investimento	ROE – Return on Equity

I) Introdução

A poupança é das temáticas mais antigas e mais abordadas pelos economistas. Ao longo dos tempos, o comportamento dos agentes económicos, no que lhe concerne, foi sofrendo mudanças, em parte fundamentadas pelas crises financeiras, pela inflação e pelo aumento de impostos, o que consequentemente provocou uma diminuição na sua taxa de poupança. Para além das variações nos indicadores macroeconómicos, as mudanças comportamentais, demográficas e culturais, também influenciaram a evolução da poupança, assim como as novas formas de a aplicar. Torna-se, então, pertinente começar por definir o que é a poupança. Pegando no modelo simplificado de Keynes¹ (abordado ao longo deste relatório de estágio) vemos que a poupança é tida como o remanescente do rendimento disponível, após o consumo das famílias.

Em termos microeconómicos, a poupança serve para fazer face a gastos inesperados e de incerteza em relação ao futuro (poupança por precaução), para investir em bens duradouros, com o objectivo de consumo futuro e para deter encaixes monetários de modo a fazer face a despesas correntes (poupança por transacção)². Numa análise mais macroeconómica, esta serve como almofada financeira (*buffer*) para fazer frente a choques económicos e para amortizar dívidas (externas). Como tal, tanto para as famílias/empresas, como para o agente económico Estado, a poupança serve para fortificar a saúde financeira, aumentar a resiliência a possíveis choques externos e servir como impulsor da economia, como alicerce para investimentos futuros, assegurando não só o crescimento, mas também o desenvolvimento económico de um país.

A poupança serve, assim, para balancear o sistema bancário, onde os agentes excedentários, ao depositarem o seu dinheiro nos bancos, conseguem fazer face às necessidades dos agentes deficitários, permitindo que a economia esteja equilibrada. Em Portugal, o Banco Caixa Geral de Depósitos (doravante designado como CGD) foi criado precisamente com o objectivo de receber depósitos obrigatórios impostos por lei, sendo que o seu lema inicial era o incitamento da poupança. A CGD, na condição de ser a única instituição bancária detida integralmente pelo Estado Português, faz com que os clientes, ainda hoje, a encarem com mais confiança em relação aos bancos privados. A agência onde decorreu o estágio curricular insere-se na periferia da Guarda, uma zona com forte ligação às tradições e aos costumes mais antigos, e como tal, muitos dos clientes sentem-se mais seguros ao investir as suas poupanças no banco estatal. Desde a primeira semana de estágio que nos fomos apercebendo desta conexão e da elevada procura para aplicar o dinheiro nesta instituição, como tal achámos que seria apropriado direccionar o nosso estudo para a poupança no sistema bancário, com a análise prática das escolhas dos clientes particulares da agência São Miguel, da Guarda.

¹ Keynes, J.M., *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Ed. McMillan (1936)

² Keynes diferenciou quatro motivos de procura de moeda: motivo de rendimento, motivo de negócios, motivo de precaução e motivo de especulação.

Quais são as razões para fazer depósitos no banco e não outros investimentos, nomeadamente a aquisição de bens duradouros? Porque é que os clientes preferem a CGD e não outra instituição bancária? Qual o perfil típico de um aforrador nesta zona?

Este Relatório de Estágio tem como objectivo responder a estas questões, entre outras, de forma a conseguir comprovar a tendência de aforrar nesta zona interior do país e perspetivar a sua evolução futura.

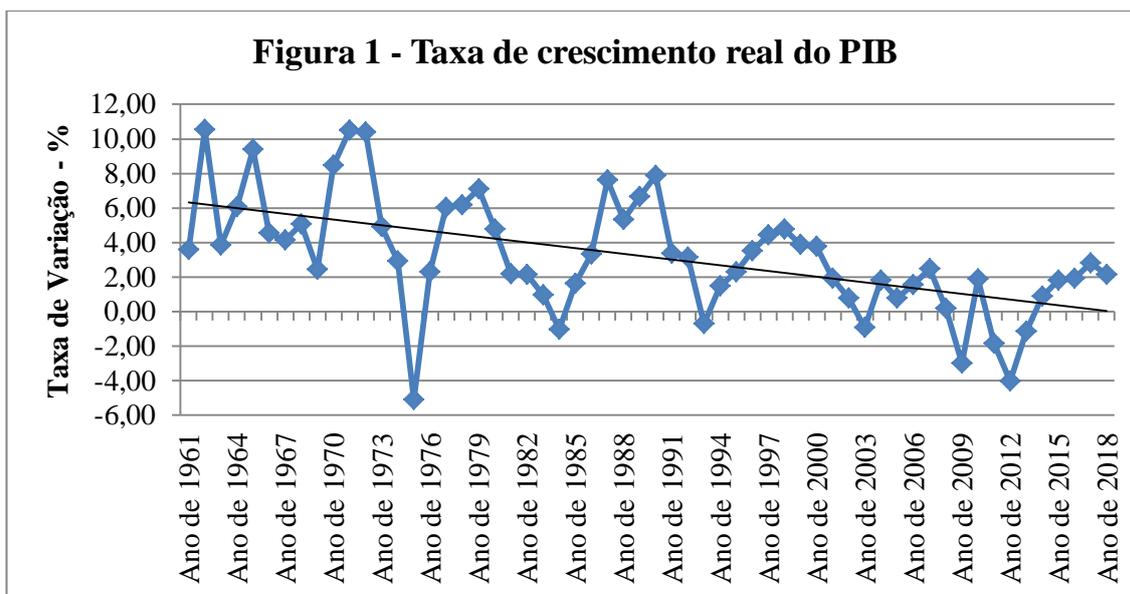
O presente relatório encontra-se dividido em cinco secções. Após a sua introdução na secção 1, a secção 2 destina-se à apresentação de alguns indicadores económicos de Portugal, assim como à análise do Grupo CGD Português e da história da sua criação. Em seguida, na secção 3, faz-se uma breve revisão da literatura sobre o tema da poupança e as teorias mais conhecidas em relação ao mesmo. A secção 4 pretende descrever o período de estágio na Agência São Miguel, da Guarda. Esta secção diz respeito à análise do estudo de caso. Depois de procurarmos perceber toda a sua envolvência territorial, passamos para a descrição do aforrador típico desta região. Termina-se por sintetizar as tarefas desenvolvidas ao longo destes quatro meses de estágio, assim como o retorno intelectual e pessoal obtido. Por último, na secção 5 faz-se um balanço da informação recolhida e sumaria-se as principais conclusões a reter.

2) Breve enquadramento económico-financeiro de Portugal e do seu sistema financeiro: o caso prático da CGD

Nesta secção será apresentado um enquadramento socioeconómico do país, focado nas variáveis económicas e um breve resumo histórico da criação da CGD, até ao contexto actual.

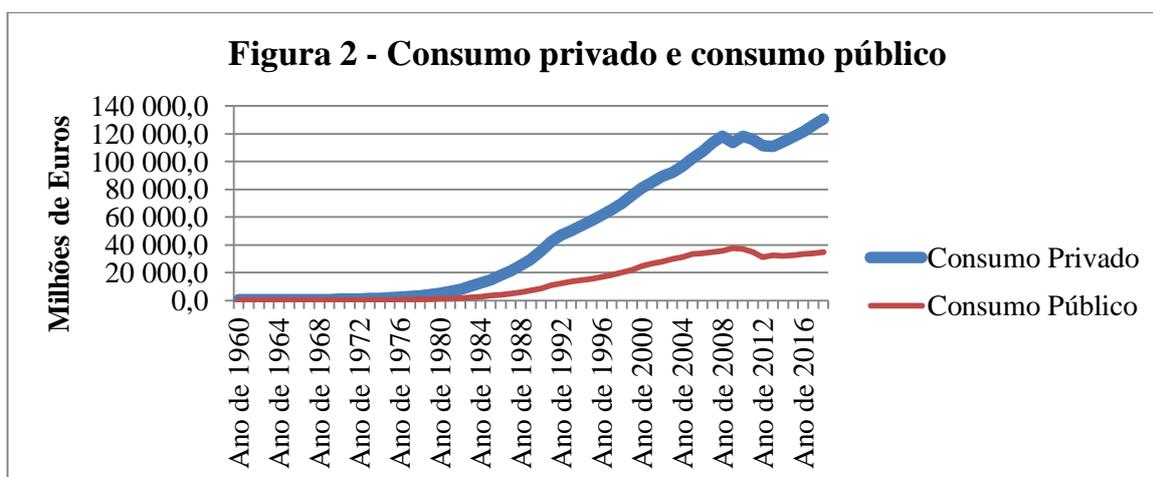
2.1) Enquadramento económico

Neste subtópico do nosso Relatório de Estágio vamos analisar alguns dados da conjuntura económica portuguesa e de indicadores do sistema bancário. Sendo que, em última instância, vamos comparar alguns indicadores da agência em estudo, com a média nacional dos bancos. Começamos por analisar a taxa de crescimento real do PIB, através da Figura 1. Conseguimos perceber que a partir da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, actual União Europeia, a 1 de Janeiro de 1986, as oscilações diminuíram, dando origem a uma recta de tendência com menos inclinação. O ano de 2012 foi aquele em que a riqueza do país esteve mais baixa, situando-se nos -4,03%. Nos últimos anos verificou-se uma evolução positiva crescente, todavia os valores para 2017 e 2018 indicam uma taxa de crescimento real do PIB na casa dos 2%.



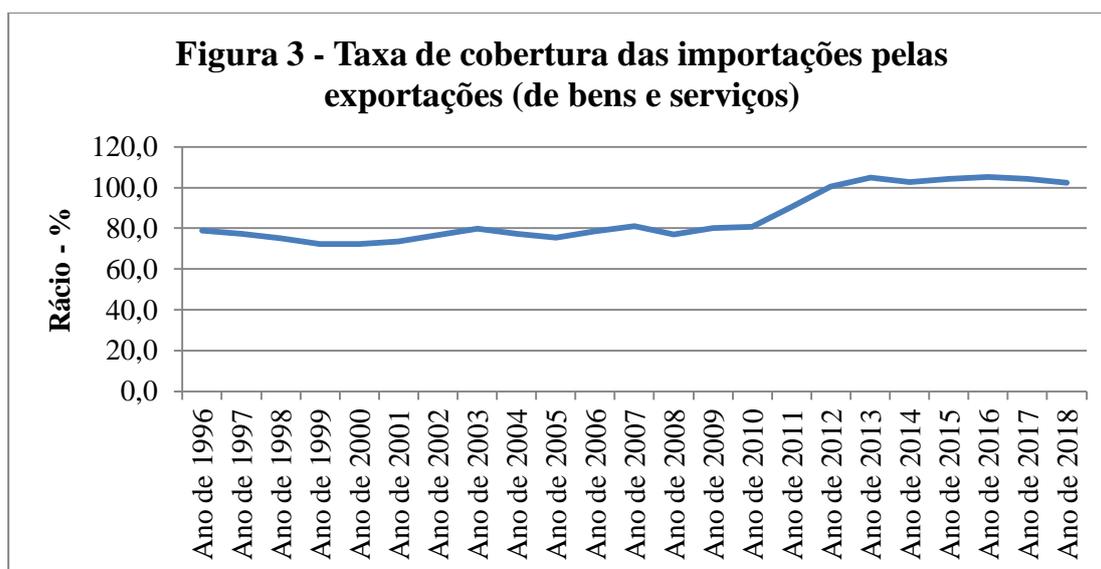
Fonte: Elaboração própria com dados a partir do PORDATA

A par deste indicador, os consumos públicos (gastos das administrações públicas) e privados (inclui as famílias e as instituições privadas sem fins lucrativos) têm registado uma tendência positiva ao longo dos anos (ver Figura 2).



Fonte: Elaboração própria com dados a partir do PORDATA

De forma a percebermos se as vendas compensam as compras ao exterior, temos de analisar a Figura 3 que nos diz qual a taxa de cobertura das importações pelas exportações. Vemos que desde 2012, as importações de bens e serviços provenientes do resto do mundo têm sido compensadas pelas exportações de bens e serviços para o exterior. No ano de 2018 o rácio era de 102,3%, o que significa que o nosso país conseguiu exportar mais 2,3% do que aquilo que importou.



Fonte: Elaboração própria com dados a partir do PORDATA

O desenvolvimento económico e social de um país está, também, associado ao investimento privado, isto é, ao acréscimo de riqueza que os agentes económicos famílias e empresas não financeiras estão dispostos a fazer. Como tal, olhando para o Quadro 1, podemos constatar que a relação entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o valor acrescentado bruto, denominada por taxa de investimento total, tem tido uma queda substancial ao longo do tempo. Tendo em conta que os últimos dados conseguidos dizem respeito ao ano de 2016, vemos que, em média, a taxa de investimento por cada ramo de actividade é de 17,8%. As empresas que fizeram um esforço maior para aumentar a sua capacidade produtiva foram as indústrias farmacêuticas com uma taxa de 44,9%, as indústrias de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicação, produtos electrónicos e ópticos com uma taxa de 47,7%, as indústrias de material de transporte com uma taxa de 45,3%, as actividades de edição, gravação e programação de rádio e televisão com uma taxa de 46,9% e as actividades de investigação científica e desenvolvimento com uma taxa de 82,4%.

É deveras importante analisar a evolução do desemprego num país, visto que o rendimento do factor trabalho é, na maioria dos casos, a única fonte de subsistência financeira das famílias. Como tal, o remanescente do rendimento corrente, após o consumo, é que terá lugar à acumulação de poupança por parte dos agentes económicos. E portanto, existe uma correlação negativa entre a taxa de desemprego e a taxa de poupança: a valores elevados de desemprego corresponderá uma acumulação de poupança consideravelmente baixa.

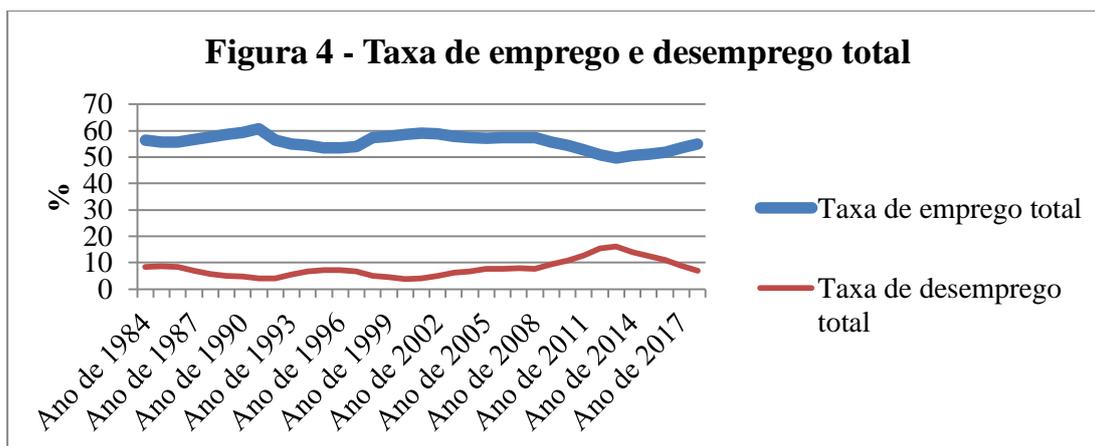
Após um longo período de crescimento sem grandes oscilações, podemos constatar que a partir de 2010 o número de empregados em Portugal tem tido uma trajectória descendente. Ainda assim, o emprego continua a ser um factor que contribuiu para o crescimento do PIB. A taxa de emprego permite analisar o número de agentes económicos empregados por cada 100 pessoas com mais de 15 anos, portanto, podemos dizer que no ano de 2018 (último ano de análise) 54,9 indivíduos em 100 estavam a trabalhar. Ao invés, a taxa de desemprego tem estado a regressar aos valores pré-crise financeira de 2008, sendo que no último ano (2018) foi de 7%. O grupo etário mais afectado com

o desemprego tem sido a geração mais jovem, onde o desemprego ronda os 20,3% (ver Figura 4 e Quadro 2).

Quadro 1 - Taxa de investimento: total e por ramo de actividade

	Taxa de investimento total	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicação, produtos electrónicos e ópticos	Fabricação de material de transporte	Actividades de edição, gravação e programação de rádio e televisão	Investigação científica e desenvolvimento
Ano de 1995	26,4	10,2	27	37,7	42,9	256,5
Ano de 1996	27,1	11,8	24,2	29,6	43,3	244,5
Ano de 1997	29,5	17,8	24,1	21,1	48	219
Ano de 1998	31,3	17	139,5	39,2	56,5	198,7
Ano de 1999	31,6	20	29,6	25,4	55	203,3
Ano de 2000	31,9	37,5	30,1	20,7	50,6	186
Ano de 2001	31,2	27,7	30,5	21,7	60,3	178,3
Ano de 2002	29,5	41,3	32,5	20,8	64,4	208,3
Ano de 2003	27,2	38,3	33,2	20,3	59,1	217,4
Ano de 2004	26,7	35,7	40,6	24,5	60,3	170,5
Ano de 2005	26,6	41,3	36,1	27,6	56,9	163,1
Ano de 2006	26,1	44,4	33,5	29,6	53,1	141,2
Ano de 2007	25,9	33,4	40,4	10,7	55,4	117,6
Ano de 2008	26,2	32,2	24,3	24,9	57,3	114,6
Ano de 2009	23,9	31,7	27,8	23,8	48	98,3
Ano de 2010	23,3	33,2	23,3	38	47	109,3
Ano de 2011	21	35,8	33,5	30,6	46,7	100,4
Ano de 2012	18,1	34,1	36,7	31,7	47	89,8
Ano de 2013	16,8	29,3	28,2	25,9	44,2	96,9
Ano de 2014	17,2	33	37,8	26,5	47,9	91,5
Ano de 2015	17,8	38,1	33,8	31,4	50	92,4
Ano de 2016	17,8	44,9	47,7	45,3	46,9	82,4

Fonte: Elaboração própria com dados a partir do PORDATA (não estão aqui incluídos todos os ramos de actividade)



Fonte: Elaboração própria com dados a partir do PORDATA

Quadro 2 - Taxa de desemprego por grupo etário (%), no ano de 2018

Menos de 25 anos	25-54 anos	55-64 anos	Total
20,3	6,1	6,5	7

Fonte: Elaboração própria com dados a partir do PORDATA

Passando agora para a análise de algumas das rúbricas dos balanços dos bancos portugueses, contidos no Quadro 3, vemos que em 2018, o activo total do sistema bancário português registou um aumento de 0,9% (384723 milhares de euros – 381234 milhares de euros) comparando com o ano transacto, revertendo o percurso decrescente dos últimos anos. Esta evolução positiva deveu-se, sobretudo, ao acréscimo em disponibilidades em outras instituições de crédito e títulos de dívida. O crédito em Portugal, quer a empresas, quer a particulares, tem vindo a diminuir ao longo dos anos, principalmente a partir de 2010, ano em que as taxas de juro directoras assumiram novamente uma descida, passando a convergir com o aumento do endividamento bancário.

Já os depósitos registaram uma ligeira subida a partir de 2017, tendo mantido o seu peso como principal fonte de financiamento do sector. Em 2018, o rácio de transformação (capacidade que o banco tem em transformar produtos com maturidade curta – empréstimos – em produtos com maturidade longa – depósitos) fixou-se em 89,0%, sendo que em 2007 teve o seu máximo: 160,1% (ver Quadro 4).

Quadro 3 – Algumas das rubricas dos balanços consolidados dos bancos portugueses

Rúbricas/Anos	2007	2011	2014	2015	2016	2017	2018
Activo Total	443458	510137	425704	407589	386076	381234	384723
Empréstimos totais ³	313190	330278	257383	244472	234291	230862	229586
- Empréstimos a empresas	101610	113808	86483	82215	77323	73128	69590
- Empréstimos a particulares	127278	139605	123122	118544	115708	114692	115318
Passivo	415185	484645	395085	374618	356177	345148	349777
Depósitos	195604	244431	252129	254421	245442	249692	258020
Recursos de Bancos Centrais	5731	50723	33717	28545	24655	23883	20358
Capital Próprio	28273	25687	30754	32971	29900	36086	34946

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da APB (Valores em milhares de euros.)

A crise financeira demonstrou que a supervisão bancária é fundamental para evitar novos colapsos bancários, portanto, de modo a fazê-lo de uma forma coerente e consistente, é necessário, entre outros procedimentos, analisar com cuidado os *Non-Performing Loans* (NPL) ou, também conhecidos, como *Non-Performing Exposures* (NPE). De acordo com o parágrafo 145 do anexo V das normas técnicas de execução da Autoridade Bancária Europeia no que respeita ao relato para fins de supervisão, “NPE são posições em risco que preenchem um dos seguintes critérios ou ambos: 1) trata-se de posições em risco materialmente relevantes vencidas há mais de 90 dias; 2) o devedor foi avaliado e considera-se improvável que pague a totalidade das suas obrigações de crédito sem a execução das garantias, independentemente da existência de qualquer montante vencido ou do número de dias decorridos desde o vencimento do crédito”. Por conseguinte, a definição de NPE baseia-se no critério do crédito vencido e no critério da improbabilidade de pagamento. Esta é considerada a definição mais uniforme. O rácio NPL pode desmembrar-se em créditos à habitação, consumo e crédito às sociedades não financeiras. Contudo vamos focar-nos apenas no rácio NPL total. Por seu turno, este apresenta uma evolução favorável situando-se nos 9,4%, em 2018, um valor ainda elevado no contexto europeu.

O rácio ROE, em inglês *Retur On Equity* (Rentabilidade dos capitais próprios), diz-nos qual é a rentabilidade das aplicações financeiras. Prende-se com a capacidade e eficácia de remuneração dos capitais. Para calcular este rácio basta dividir o Resultado Líquido sobre o Capital Próprio da instituição financeira. Outro rácio do mesmo género é o ROA: *Retur non Assets* (Rentabilidade do Activo), que nos dá informação sobre a capacidade dos activos em gerar resultados e a sua forma de

³ Dados em base individual. Valores brutos.

cálculo é Resultado Líquido do Período / Activo Total. Naturalmente, através destes dois rácios conseguimos perceber que só a partir de 2017 os bancos portugueses conseguiram, de novo, começar a ter rentabilidade com a sua actividade devendo-se, essencialmente, ao decréscimo das imparidades e dos custos com o pessoal. Como o ROA sempre se apresentou na casa de 0% podemos afirmar que os activos financeiros não estão a ser bem utilizados, de forma a produzirem bons resultados.

“O rácio *Common Equity Tier 1* (CET1) estabelece um nível mínimo de capital que as instituições devem ter em função dos requisitos de fundos próprios decorrentes dos riscos associados à sua actividade. Como tal, este rácio é apurado através do quociente entre o conjunto de fundos próprios designado de "core" e as posições ponderadas em função do seu risco. Os grupos bancários em Portugal devem apresentar rácios CET1 não inferiores a 8%. O conjunto de fundos próprios "core" compreende o capital de melhor qualidade da instituição, em termos de permanência e capacidade de absorção de prejuízos, deduzido de eventuais prejuízos e de certos elementos sem valor de realização autónomo, numa perspectiva de continuidade da actividade de uma instituição. Por seu lado, as posições ponderadas em função do seu risco representam uma medida dos riscos decorrentes da actividade financeira, designadamente dos riscos de crédito, de mercado e operacional.”⁴. A capacidade da banca em pagar os seus compromissos tem-se fortificado, como é demonstrado pelos rácios *Common Equity Tier 1* (CET 1) e de solvabilidade total, que se situam em 13,5% e 15,4%, respectivamente.

Quadro 4 – Síntese de alguns indicadores do sector bancário português

Indicadores/Anos	2007	2011	2014	2015	2016	2017	2018
Rácio de Transformação	160,1%	135,1%	102,1%	96,1%	95,5%	92,5%	89,0%
Rácio NPL			16,6%	17,5%	17,2%	13,3%	9,4%
ROE	17,7%	-6,6%	-19,4%	2,2%	-7,3%	3,3%	7,1%
ROA	1,1%	-0,4%	-1,3%	0,2%	-0,6%	0,3%	0,7%
Rácio CET 1			11,3%	12,4%	11,4%	13,9%	13,2%
Rácio de solvabilidade total	10,4%	9,8%	12,3%	13,3%	12,3%	15,2%	15,1%
Rácio de alavancagem					6,6%	7,8%	7,3%
Produto bancário	13778	12871	10252	10694	9478	10803	9300
Rácio cost-to-income	55,6%	61,7%	65,5%	60,9%	59,4%	52,8%	60,2%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da APB (Valores em fim de período.)

⁴ Definição retirada da página da Caixa Geral de Depósitos, no dia 21/03/2019, veja-se: https://www.cgd.pt/Particulares/Pages/Particulares_v2.aspx

Este subtópico teve como objectivo mostrar ao leitor o comportamento das variáveis macroeconómicas de Portugal, assim como de algumas rúbricas representativas do sistema bancário português, de modo a tentar compreender se, nos últimos anos, tem existido ou não, um clima favorável à poupança neste país.

2.2) História da CGD

De notar que este subtópico do Relatório de Estágio seguiu de perto a descrição feita pelo site do banco em análise: https://www.cgd.pt/Particulares/Pages/Particulares_v2.aspx, consultado no dia 1 de Abril de 2019.

A instituição Caixa Geral de Depósitos (CGD) foi criada pelo Governo Constitucional de Fontes Pereira de Melo através da Carta de Lei de 10 de Abril de 1876. A sua criação teve um propósito muito específico que consistia na recolha de depósitos obrigatórios constituídos por imposição da lei junto da população e foi ordenado que mais nenhuma outra instituição os podia receber. Após quatro anos, o Estado incentivou o recebimento de depósitos (voluntários) a troco da sua salvaguarda e de uma pequena taxa de juro, com o propósito expresso de promover o espírito de economia nas classes menos abastadas da época. Após isto, houve várias alterações, nomeadamente em relação à autonomia de administração e à junção de funções.

Entretanto, Oliveira de Salazar (então Ministro das Finanças) decreta a chamada “reforma de 1929”. Esta traz consigo uma mudança geral dos serviços administrativos e de reorganização do crédito, que visa a prossecução de objectivos de política económica e social. Isto acarreta uma divisão tripartida da instituição em causa: i) a Caixa Nacional de Crédito que trata das operações do Estado que diziam respeito a crédito agrícola, industrial e do Tesouro; ii) a Caixa Nacional de Previdência que tinha a seu cargo as aposentações; e a iii) Caixa Nacional de Depósitos que continuava responsável pelos depósitos.

Finalmente, com a entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia e pela aprovação do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a CGD torna-se na instituição que hoje conhecemos. A CGD torna-se de novo em apenas uma instituição equiparada a outro banco privado, mas neste caso o capital é 100% do Estado, denominada de Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. Apenas as reformas ficam a cargo da Caixa Geral de Aposentações.

Com a chamada “Lei Orgânica” de 1969, a CGD, que antes era intitulada com serviço público sujeita a regras estatais, torna-se então num banco universal, com carácter concorrencial e com grandes alterações no que toca à sua gestão e administração. É a partir desta data que se muda completamente o enquadramento jurídico desta instituição.

Em 31 de Dezembro de 2017 o capital social era de 3.844.143.735 euros, representado por 768.828.747 acções com o valor nominal de 5 euros cada uma.

Actualmente, a CGD está presente em todos os quadrantes de negócio bancário, nomeadamente, Banca Comercial, Gestão de Activos, Crédito Especializado, Banca de Investimento e Capital de Risco, Serviços Auxiliares, Outras Participações Financeiras, Actividades Culturais, Seguros e Saúde, fornecidos pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., onde detém uma participação maioritária.

O Grupo CGD, para além de estar expandido pelo território português, encontra-se também nos seguintes países: na Europa – Espanha, França, Bélgica, Alemanha, Reino Unido, Luxemburgo e Suíça; na América – Estados Unidos, México, Brasil, Venezuela, Canadá e Ilhas Cayman; em África – Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Argélia e África do Sul; e na Ásia – China, Macau, Índia e Timor Leste (ver Anexo I).

A CGD é um membro associado da Euronext Lisbon e é uma sociedade registada na CMVM com o número 125.

É ainda de referir que a CGD segue uma administração formada hierarquicamente, tal como se pode observar no Anexo II.

De entre alguns prémios atribuídos à CGD nos últimos anos, destacam-se os seguintes:

- ✓ “A Caixa foi distinguida na 8ª edição dos Prémios da Revista *Human Resources*, numa cerimónia que galardoou as melhores empresas na Gestão de Pessoas em Portugal em 2018.” Prémio conseguido no dia 23 de Maio de 2019.
- ✓ “CGD é a marca bancária portuguesa mais valiosa, segundo o *ranking* das 500 marcas bancárias globais mais valiosas em 2019, publicado pela revista *The Banker* (Grupo Financial Times).” Prémio conseguido no dia 8 de Março de 2019.
- ✓ “A Caixa e o Caixa Banco de Investimento (Caixa BI) ganharam as distinções nacionais para Melhor Banco de Retalho e de Melhor Banco de Investimento 2017 atribuídos pela revista de prestígio internacional *EMEA Finance*.” Prémio conseguido no dia 26 de Abril de 2018.

2.3) Caracterização económico-financeira da CGD

Nesta secção iremos analisar os principais resultados consolidados da instituição CGD em Portugal, baseando a nossa análise nos seus relatórios de contas anuais⁵.

Começando pelos valores do balanço da CGD no Quadro 5, vemos que o activo total tem vindo a decair nos últimos três anos em análise, principalmente devido às quebras nas rubricas “Aplicações em instituições de crédito”; “Activos intangíveis e tangíveis”, que se justifica devido ao fecho de algumas agências e à passagem para a reforma de alguns funcionários. Vemos também que o “Crédito a clientes” registou uma quebra a partir de 2010. Este decréscimo do crédito a clientes deveu-se, sobretudo, pelas vendas de NPL’s (exposições não “*performing*” através de vendas) e pela redução

⁵ Estes relatórios de contas encontram-se acessíveis ao público através do site da CGD: https://www.cgd.pt/Particulares/Pages/Particulares_v2.aspx, os quais foram consultados no dia 10 de Abril de 2019

da actividade nos sectores da construção e actividade imobiliária. Todavia, podemos constatar que o crédito à habitação, destinado a particulares, continua a ter um grande peso, apresentando um valor de 24.496 milhões de euros em 2018, sendo aquele que consegue angariar mais juros à CGD.

Quadro 5 – Balanço consolidado do Grupo CGD Português

	2006	2008	2009	2010	2016	2017	2018
ACTIVO							
Caixa e disponibilidades em BC	2243	1898	1926	1469	1841	4621	5607
Aplicações em instituições de crédito	9137	6170	9591	4689	3976	3727	3207
Aplicações em títulos	21123	21339	25929	29131	15017	15751	16442
Crédito a clientes:	57268	75311	77222	81907	62867	55255	51589
- Particulares	33837	38771	40532	40760	32283	30790	29518
- Empresas	21746	35655	36055	40094	26077	21928	19714
Propriedades de investimento	340	321	354	396		898	810
Activos Intangíveis e tangíveis	1678	1438	1590	1569	693	669	509
Investimentos em filiais e associados	328	87	26	28	312	415	389
Activ. Por impostos correntes e diferidos	580	1108	1079	1221	2588	2323	2152
Total do activo	96246	111060	120985	125757	93547	93248	89091
PASSIVO							
Recursos de bancos centrais e instituições de crédito	5504	6952	6479	14604	5800	4043	1759
Recursos de clientes	53768	60128	64256	67680	69680	63631	63423
Passivos financeiros	590	2214	1902	1712	1695	1060	738
Provisões	964	742	796	803	1127	5784	1116
Total do passivo	91232	105576	113828	118022	89664	84974	80806
CAPITAIS PRÓPRIOS	5014	5484	7157	7735	3883	8274	8285
Total do passivo e capitais próprios	96246	111060	120985	125757	93547	93248	89091

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Relatórios de Gestão e de Contas de 2006 até 2018.

(Os valores estão em milhões de euros. Saldos calculados a 31 de Dezembro de cada ano.)

No que toca ao passivo, podemos observar que os recursos de bancos centrais e instituições de crédito tiveram uma quebra significativa desde 2016, diminuição justificada pela amortização antecipada de 3 mil milhões de euros em financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE). De notar que no final de 2018, a CGD e o Caixa-Banco de Investimento haviam liquidado integralmente as respectivas responsabilidades perante esta entidade.

Em relação aos capitais próprios consolidados, é de salientar apenas o ano de 2016, onde estes apresentaram uma redução de 37,2% face ao ano transacto (valores confirmados através do Relatório de Contas da CGD de 2016), redução esta explicada pela evolução negativa do resultado de exercício.

Devido ao facto de não se ter conseguido obter dados referentes a anos anteriores a 2016, a análise dos principais indicadores da CGD vai restringir-se a estes três últimos anos, como se pode observar no Quadro 6 abaixo. Vamos então fazer uma análise comparativa entre estes indicadores e aqueles mencionados no ponto 2.1 deste relatório, de forma a perceber se o banco público segue ou não a tendência comportamental das outras instituições bancárias portuguesas.

No que diz respeito ao rácio NPL, este seguiu de perto a tendência decrescente portuguesa, sendo que precisa de ser ainda menor nos próximos anos.

Já o rácio de transformação tem-se mantido em valores próximos, apresentando uma ligeira tendência decrescente, o que significa que tem havido menos créditos do que depósitos.

Através do *Retur On Equity* (ROE) e do *Retur non Assets* (ROA), conseguimos perceber que, tal como a média dos bancos portugueses (veja-se novamente os dados indicados no Quadro 4), só a partir de 2017 é que a CGD conseguiu ter uma rentabilidade positiva.

Quadro 6 – Síntese dos principais indicadores da CGD

Indicadores/Anos	2016	2017	2018
Rácio NPL	15,80%	12%	8,5%
Rácio de Transformação	90,6%	87%	81,5%
Rácio <i>cost-to-income</i>	77,8%	55,5%	54,4%
ROE	-32%	1,1%	6,6%
ROA	-1,8%	0,1%	0,6%
Rácio CET 1	11,8%	13,9%	14,6%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Relatórios de Gestão e de Contas dos respectivos anos.

(Os valores estão em milhões de euros.)

Podemos observar que em 2018, a CGD demonstrou ter mais 0,7 pontos percentuais (14,6% - 13,9%) de capacidade em pagar os seus compromissos (valores retirados do Quadro 6).

A evolução positiva destes indicadores da CGD deve-se, sobretudo, ao Plano Estratégico em vigor para os anos de 2017 a 2020, que teve como principais objectivos a redução dos custos operacionais, em 20%, aproximadamente, até 2020; aumentou a prudência na sua actividade, reduzindo o custo do risco em menos 0,6% e aumentar a resiliência (CET 1 \geq 14%) e a rentabilidade (ROE $>$ 9%).

3) Revisão da literatura

Para efeitos do nosso Relatório de Estágio vamos restringir o comportamento da poupança ao modelo simples keynesiano: $Y = C + S$, onde Y é o rendimento disponível das famílias (usualmente designado por Y_d), C é o consumo e S é a poupança. É de referir que o $Y = Y_d + T - tr$, isto é, o rendimento disponível das famílias é o resultado da recolha de impostos (T), ao qual se somam as transferências do Estado (tr) ao salário. Sendo assim, para a nossa análise, a poupança é tida como a diferença entre o fluxo dos rendimentos e o fluxo das despesas de consumo, durante um dado período de tempo, normalmente um ano.

Para além da Teoria da Poupança mencionada (Hipótese do Rendimento Absoluto), defendida pelo economista clássico Keynes temos também a Hipótese do Rendimento Relativo de Duesenberry [1949], a Hipótese do Ciclo de Vida de Modigliani [1986], a Hipótese do Rendimento Permanente de Friedman [1957] e a Hipótese do Passeio Aleatório (também conhecida como Hipótese do Ciclo de Vida – Rendimento Permanente com Expectativas Racionais) defendida por vários autores, entre os quais, Hall [1978]. Duesenberry [1949] defende que os comportamentos a poupar/consumir por parte dos indivíduos têm factores de natureza social por detrás dos mesmos, isto é, que são influenciados pelo padrão do nível de vida do grupo social ao qual pertencem. Pequenas variações no rendimento relativo de uma família nada ou praticamente nada vão interferir com o seu historial de poupança, visto que esta deseja manter os valores de poupança que detinha antes para continuar a pertencer àquele grupo social (chamado “efeito demonstração”). Modigliani [1986], com a Hipótese do Ciclo de Vida, diz-nos que os indivíduos pensam a longo prazo no que toca ao seu nível de satisfação total. Ou seja, tentam otimizar o rendimento corrente e o rendimento absoluto do agregado familiar, de modo a conseguirem um consumo estável ao longo da sua vida (denominado por “alisamento do consumo”). Já Friedman [1957], através da Hipótese do Rendimento Permanente, faz a distinção entre rendimentos correntes, mencionados por Keynes, e rendimentos permanentes, colocando o seu foco nestes últimos. Para ele, os agentes económicos deveriam considerar nas suas escolhas de poupança e consumo, os rendimentos globais, isto é, não só os salários correntes, mas também outro tipo de rendimentos, como empréstimos, rendas, juros, etc. O cômputo destes rendimentos é que iria influenciar as suas decisões de poupança, pois assim conseguiam ter uma perspectiva temporal mais alargada.

Por último, temos a Hipótese do Passeio Aleatório, onde Hall [1978] se baseia na Hipótese do Rendimento Permanente. Ele acha que os agentes económicos ao observarem os seus consumos

passados e a sua correlação com o rendimento permanente, estes criam expectativas futuras sobre os seus próximos consumos. Óbvio que são previsões não óptimas, pois baseiam-se apenas na percepção e sensibilidade do próprio indivíduo. Neste sentido, “... Hall formulou um teste empírico simples da ideia de que os consumidores maximizam o valor esperado da utilidade vitalícia sujeito a uma taxa de juro real constante. A ideia básica é olhar para a equação de Euler que descreve o comportamento óptimo de um tal consumidor. A equação de Euler caracteriza a igualdade da taxa marginal de substituição entre o consumo do ano corrente e o consumo do próximo ano com o preço relativo dos dois. O preço relativo simplesmente é o custo presente descontado de uma unidade do consumo futuro.” (página 156)

A juntar a estas, nos últimos tempos surgiram abordagens mais contemporâneas em relação a esta temática, nomeadamente a Incerteza e a Poupança por motivos de Precaução (ideia inicialmente desenvolvida por Friedman), que foi estudada por Leland [1968], Sandmo [1970] e Dreze & Modigliani [1972], onde estabeleceram as condições que ditam que um aumento de risco na obtenção de rendimentos irá originar poupanças mais elevadas; a Poupança e Restrições de Liquidez (baseado na Hipótese de Hall [1978]) que foi aprofundada por Tobin [1980] na parte das restrições de liquidez e também por Hubbard & Judd [1986], onde nos dizem que a existência de restrições de liquidez faz com que os agentes económicos tenham escolhas políticas distintas, principalmente no que diz respeito à política fiscal, liberalização dos mercados financeiros, crescimento económico e bem-estar. Por último, o modelo da Formação dos Hábitos de Poupança é a tese de muitos autores, entre eles Heaton [1995], Fuhrer & Klein [1998], Carroll & Weil [1994], que nos apresentam descobertas empíricas sobre o comportamento do consumo, a par das flutuações económicas.

É de salientar, ainda, a existência de determinantes macroeconómicos da poupança, isto é, de variáveis que influenciam a taxa de captação de poupança pelos agentes económicos. Na maior parte dos casos, não se trata apenas de uma vontade intrínseca de aforrar dinheiro, mas sim de toda uma panóplia de condicionantes que interferem na possibilidade de prescindir de consumir correntemente ou no futuro, assim como do montante. A variável que é apontada como sendo a condicionante principal para um agente económico conseguir poupar ou não, prende-se com a taxa de crescimento do rendimento. Tal como a Hipótese do Ciclo de Vida, mencionada anteriormente, sugere que existe uma relação positiva entre estas duas variáveis. A juntar a isso, Bosworth [et al.] [1991] afirmaram que a relação entre as taxas de poupança e crescimento do rendimento resulta do seguinte processo de agregação: um incremento na taxa de crescimento do rendimento aumenta os rendimentos dos trabalhadores (quem poupa) relativamente aos reformados; deste modo, reforça o peso associado aos grupos que realizam poupanças e reduz o peso dos grupos que gastam as suas poupanças, na determinação da poupança agregada. Deaton [1992] apresentou um argumento similar, indicando que um aumento na taxa de crescimento da riqueza nacional irá aumentar a poupança agregada se a poupança no ciclo de vida ocorrer mais cedo do que a “despoupança” desse mesmo ciclo. A maior parte dos estudos confirma esta relação positiva, contudo a direcção de causalidade – da poupança para o crescimento, ou do crescimento para a poupança – ainda não é particularmente bem entendida. Há países onde a elevada poupança gera um crescimento elevado e outros onde se verifica o contrário.

Um dos principais factores que explica o comportamento consumista ou de aforrador de um agente económico é a influência da taxa de juro nas aplicações da poupança. Nos países desenvolvidos verifica-se o efeito positivo nas poupanças após um aumento das taxas de juro [Giovannimi, 1985].

O desemprego tem sido apontado como uma das variáveis que também influencia a possível escolha de poupar por parte dos agentes económicos. Contudo, o desemprego não é uma variável que costume aparecer nos modelos. As taxas de desemprego elevadas estão normalmente associadas a taxas de poupança menores. Com isso, Malley & Moutos [1996] incluem a taxa de desemprego na função de poupança devido ao facto de esta influenciar a (in)certeza de um rendimento futuro, o que consequentemente implica restrições de liquidez e orçamentais. A taxa de desemprego tem sido usada também como *proxy* para as variações cíclicas como Keynes [1936] observou: “A propensão marginal ao consumo não é constante para todos os níveis de emprego... é provável... que diminua com o aumento do emprego.”

Tal como a taxa de juro, a taxa de inflação pode afectar também a taxa de poupança de duas formas distintas. Por um lado, se os preços estão muito elevados e o rendimento não acompanha a inflação, *ceteris paribus*, então após o consumo sobra muito pouco para poupar. Por outro lado, os agentes económicos ao depositarem expectativas de que a inflação pode voltar a diminuir, podem querer poupar mais para tentar recuperar o valor real dos activos perdidos devido à acção da inflação [Deaton, 1983].

Por último, a distribuição do rendimento também afecta a taxa de poupança. Esta correlação é facilmente observada em termos internacionais, ao observarmos países com um nível de desenvolvimento superior e países emergentes. A assimetria na distribuição de rendimentos é a principal causa para o aumento das desigualdades sociais e económicas no mundo. Se bem que esta questão já remonta ao tempo de Keynes [1936], onde ele aborda a relação entre a desigualdade na distribuição dos rendimentos e a poupança agregada, afirmando que: “A quantia da despesa em bens de consumo obviamente depende... em parte... dos costumes dos indivíduos e dos princípios nos quais o rendimento está dividido entre eles.” (página 119)

Em suma, estamos perante cinco variáveis que influenciam directamente o consumo e, consequentemente, a poupança. É natural que haja autores a defender que existem mais do que cinco determinantes da poupança e que isto pode ser algo muito redutor, contudo este relatório não nos permite um estudo extenso nesse campo.

4) Estudo de caso

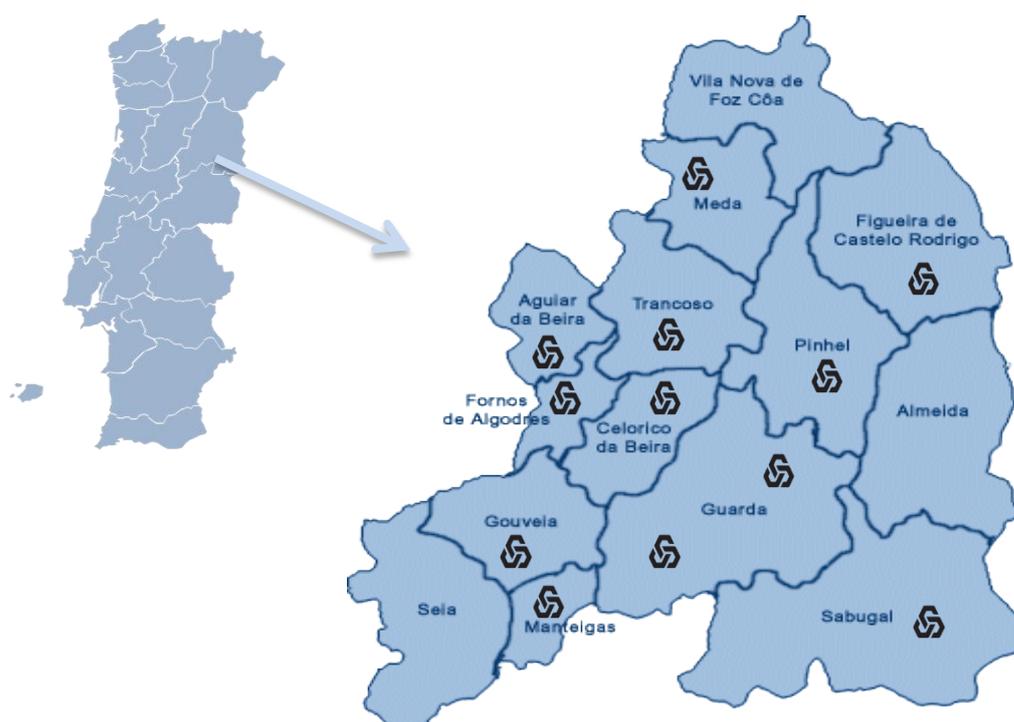
A presente secção pretende descrever o período de estágio curricular que teve lugar durante cerca de quatro meses na agência São Miguel, Guarda da Caixa Geral de Depósitos. Para isso, começo por apresentar a entidade de acolhimento e alguns dados relativos à região em que se insere, seguindo-se o enquadramento do estágio e as tarefas desenvolvidas ao longo do mesmo. Por último, farei a análise económico-social inerente ao objectivo de caracterizar as poupanças e o tipo de aforradores nesta zona do país.

4.1) Apresentação da entidade de acolhimento

A cidade da Guarda tem uma dimensão populacional de 59,7 indivíduos por km², um índice de envelhecimento na ordem dos 191,5% (número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores que 15 anos), 20 145 indivíduos considerados como população activa, sendo que a remuneração média mensal dos trabalhadores por conta de outrem é 756,3€. ⁶ Tal como acontece na maior parte do território português, nesta região o sector terciário é o sector dominante, sendo que a população empregada da zona Centro (Nuts II) divide-se pelo sector primário onde estão cerca de 113,7 milhares de indivíduos, 306,1 indivíduos no sector secundário e 672,6 no sector terciário. ⁷

No Distrito da Guarda, apenas na capital de distrito (cidade da Guarda) existem duas agências da CGD, sendo que nos outros concelhos apenas existe uma agência de pequena dimensão, tal como se pode observar na Figura 5. A CGD na cidade da Guarda teve o seu primeiro balcão em 1991, sendo que até aos dias de hoje sofreu diversas mutações, como a mudança de instalações e o fecho de agências.

Figura 5 – Dispersão das agências da CGD no distrito da Guarda (NUTS III)



Fonte: Elaboração própria.

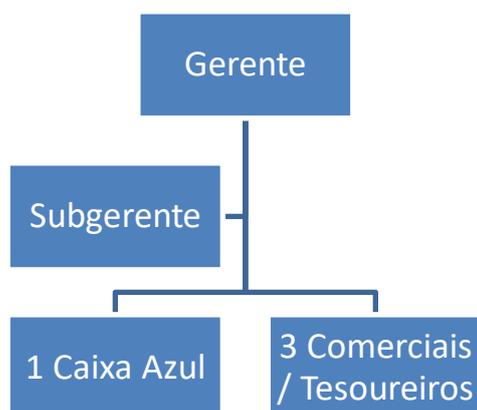
A agência 0754 – São Miguel, onde integrei o estágio curricular, é considerada de pequena dimensão, em comparação à agência 0360 – Guarda, que se encontra localizada no centro da cidade. A agência onde realizei o estágio localiza-se na periferia da cidade. Abriu portas no dia 16/10/1998 e

⁶ Dados retirados da base de dados PORDATA, referentes aos Censos de 2011.

⁷ Dados retirados da base de dados PORDATA, referentes ao ano de 2018.

conta com 6 funcionários distribuídos pelas diferentes secções como mostra a Figura 6. No tocante aos recursos tecnológicos, a agência conta com duas Caixas Automáticas (ATS), um multibanco exterior (ATM) e um actualizador de cadernetas, funcionando todos fora do horário de atendimento, permitindo um serviço mais alargado e de uma forma mais rápida.

Figura 6 – Organograma da Agência São Miguel – Guarda.



Fonte: Elaboração própria.

Para além destas agências incluídas no distrito, Belmonte, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Penedono, Sátão, Sernancelhe e Vilar Formoso também são administradas como pertencendo à Região da Guarda.

4.2) Tarefas desenvolvidas

O estágio teve a duração de 560 horas, com início no dia 18 de Fevereiro e término no dia 14 de Junho, onde foi cumprido um horário de 7 horas diárias durante os 5 dias úteis da semana. A entidade de acolhimento foi a agência 0754 – São Miguel, Guarda, da CGD, onde actualmente trabalham 6 elementos: gerente, subgerente, gestor caixa azul e 3 assistentes comerciais, que alternadamente vão fazendo operações de tesouraria. De salientar que na cidade da Guarda existe, actualmente, outra agência da CGD com 14 colaboradores.

O estágio não fugiu muito do plano previamente definido. No primeiro dia fui recebida pelo subgerente, que me mostrou as instalações e as respectivas funções de cada divisão, assim como me apresentou aos restantes colegas. Ao longo desta primeira semana, estive cada dia com um assistente comercial a acompanhar o atendimento a clientes particulares, o que me permitiu ter logo uma percepção dos serviços que se prestam aos clientes e da rotina diária da agência. Na segunda semana de estágio concederam-me uma senha e *password* para poder entrar no sistema e ter acesso aos

programas informáticos mais usuais. Quando tive acesso a um computador estudei as possibilidades de trabalho dentro de cada programa e analisei a documentação disponibilizada no próprio sistema interno da CGD. O facto de esta agência ter muita afluência fez com que eu lidasse com diversas situações diariamente, tendo por vezes necessidade de recorrer ao apoio dos colegas. Enquanto estagiária, tive limitações em determinadas tarefas, como estavam referidas no protocolo de estágio. Deste modo, o meu trabalho foi de apoio ao departamento comercial e às suas actividades, no que concerne aos clientes particulares. Desempenhei funções de atendimento genérico e outras de carácter passivo, que vou passar a descrever:

➤ Atendimento e despiste de clientes. Neste sector prestei informação aos diversos clientes que nos abordavam, com o objectivo de gerir as filas de espera eficazmente. Neste sentido actualizei as informações dos clientes na base de dados da CGD; geri todo o processo de dar continuidade às cadernetas, assim como da magnetização da banda magnética destas; emiti extractos de conta para efeitos de IRS; esclareci dúvidas de clientes referentes a cartas que o banco enviou no início do ano (referente a comissões e juros pagos à CGD no ano de 2018 e avisos sobre alterações contratuais e de preçário); efectuei pedidos de cartões de débito e de crédito; requisições de cheques; emiti NIC's e PIN's para as cadernetas e para os cartões, respectivamente. Paralelamente, fiz a filtragem de clientes das filas de espera para as máquinas automáticas, sempre que possível. Aqui o objectivo principal era reforçar o facto de que muitas das operações que vinham realizar na tesouraria podiam ser feitas efectivamente nessas máquinas, evitando o tempo de espera. Na maioria das vezes acompanhei-os e ajudei a efectuar essas operações, pois os clientes ou nunca tinham feito determinada operação na ATS, ou estavam habituados a fazer tudo ao balcão (mesmo tendo custos extra), ou tinham receio de fazer mal, ou então porque não tinham NIC. Adicionalmente, prestei apoio no que toca ao sistema *e-banking* (Caixa Directa). Tive noção que o atendimento ao público tem um papel fundamental para um bom funcionamento da agência e um bom contacto inicial, pode transmitir aos clientes uma imagem positiva, criando uma relação de confiança e credibilidade.

➤ Tesouraria. Após o fecho da agência ao público, pelas 15h, ajudei a fechar a caixa, contando os cheques e notas, fazendo cópias dos cheques que iam para a compensação bancária. Sempre que necessário fui ao cofre (denominado de casa forte) trocar dinheiro e guardar o que estava a mais na caixa, ficando esta pronta para o dia seguinte. Diariamente comecei a organizar os papéis guardados e a remete-los para o arquivo digital; ajudei a organizar e a remeter documentos para correio interno.

➤ Funções comerciais. Contactei clientes por causa da Conta Caixa⁸, com o intuito de diminuir os custos de manutenção mensais e de anuidade dos cartões. A partir deste dia, sempre que eram clientes que já tinha abordado relativamente a este assunto, era eu a tratar dos procedimentos de burocracia associados, nomeadamente da mudança de conta em sistema, adesão a cartão de débito (quando não tinham já) e esclarecimento da informação contratual aos clientes. Abri contas à ordem e abordei clientes acerca dos seguros não financeiros disponíveis mediante o seu perfil.

⁸ A Conta Caixa é uma solução multiproduto, que inclui transferências *online*, cartões de crédito e de débito, seguros e descontos em compras, tendo apenas uma única comissão mensal.

Em situações mais complexas onde não conseguia ajudar, encaminhei os clientes para os colegas disponíveis, onde permaneci ao seu lado para aprender a forma de agir nesse caso.

O facto de estar presente nas reuniões de agência e de ser tratada por “colega” fez-me sentir incluída desde o primeiro momento e demonstrou o bom espírito de equipa que se vive dentro da CGD.

Em suma, desempenhei desde as mais básicas tarefas, como tratar da documentação para a digitalização central, até ao acompanhamento de situações mais morosas como a criação de cliente na base de dados e abertura de processo de crédito à habitação. Senti-me verdadeiramente útil ao fazer parte desta equipa e poder aplicar os meus conhecimentos académicos na prática.

4.3) Análise de dados

Nas primeiras semanas de estágio apercebi-me de que havia uma forte propensão para a poupança nos clientes que nos abordavam. Como tal, a ideia inicial era, através de dados estatísticos, comprovar o mito de que “os habitantes do interior poupam para que os habitantes do litoral possam gastar”, comparando as aplicações desta agência (representativa do interior) com os dados de uma agência de dimensão semelhante localizada no litoral do país. Devido ao sigilo bancário, a gerente não me pôde fornecer a informação estatística e detalhada que eu tinha solicitado. Por esse motivo, tive que me restringir à minha sensibilidade enquanto economista, avaliando a tendência comportamental dos vários tipos de poupanças e dos seus respectivos aforradores.

A CGD divide as aplicações da poupança em quatro grandes grupos: fundos de investimento (FI), plano poupança reforma (PPR), depósitos a prazo (DP) e, por fim, acções e obrigações. Seguidamente, vamos abordar as características generalistas de cada uma destas aplicações e analisar o seu potencial de rentabilidade.

Segundo a DECO PROTESTE⁹ “Um organismo de investimento colectivo, habitualmente designado por fundo de investimento, é uma imensa carteira detida por inúmeros investidores que aplicam em comum o seu dinheiro em acções, obrigações, depósitos, etc. O conjunto do seu património é gerido por uma equipa de especialistas, a sociedade gestora, que pertence quase sempre a uma instituição financeira.” Os Fundos de Investimento são, assim, uma carteira de activos, que são escolhidos mediante o perfil de risco do cliente. O montante mínimo de subscrição é de 100€ e o prazo de investimento recomendado varia entre 2 a 5 anos, sendo que o alargamento dos prazos de investimento tende a diminuir o risco de possíveis perdas e a atenuar o efeito da conjuntura económica no preço dos activos. Dentro da CGD, a *Caixagest* é a equipa responsável pela gestão destes fundos, sendo que no dia 28 de Maio deste ano foi galardoada com o prémio de Melhor Sociedade Gestora Nacional Global pela entidade *Morningstar*.

⁹ Informação retirada do *site* <https://www.deco.proteste.pt>, consultado no dia 20/06/2019

Os agentes económicos racionais têm noção de que após a idade activa, os rendimentos tendem a ser inferiores àquilo que eram antes. A Hipótese do Rendimento Permanente¹⁰ (abordada na secção 3 deste relatório) diz-nos que as famílias dão preferência a um consumo constante ao longo do tempo (economicamente denominado como alisamento do consumo). Como tal, estes querem assegurar um rendimento disponível que permita isso. Um PPR, tal como o nome indica, tem exactamente o propósito de ser um complemento à reforma feito durante a vida activa. O limite mínimo de subscrição é de 25€ e não possui limite máximo. Estes PPR mais comuns têm capital garantido, uma taxa de juro anual de 0,20% (2019), têm o prazo mínimo de 5 anos e existem sob a forma de seguro financeiro disponibilizado pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. e comercializado através da CGD.

Os Depósitos a Prazo (DP), popularmente designados de Contas Poupança, são considerados como uma das formas mais seguras de guardar dinheiro no banco, do ponto de vista dos clientes. O montante mínimo de abertura de uma conta poupança é de 10€, o cliente pode levantar o seu dinheiro quando quiser e de 6 em 6 meses recebe juros (taxa de juro anual nominal bruta 0,050%). Isto é, o capital é garantido juntamente com os juros.

No que toca às obrigações e acções é um pouco diferente, pois as características de investimento e de posterior rentabilidade diferem da empresa onde o agente económico deseja investir. “As obrigações são valores mobiliários representativos da dívida de uma empresa. Em termos simples, estes instrumentos não são mais do que um empréstimo concedido por um investidor a uma entidade (Estado, empresa ou instituição financeira). Quem investe em obrigações (obrigacionista) torna-se credor da entidade emitente, uma vez que tem direito a ser reembolsado pelo capital investido no fim do prazo de empréstimo (maturidade). Tal como em qualquer empréstimo, os títulos de dívida pagam um prémio ou um juro periódico, de acordo com as condições fixadas na data de emissão dos instrumentos.”¹¹ Enquanto que, “uma acção é um título que representa uma fracção do capital social de uma empresa, constituída sob a forma de uma sociedade anónima. O detentor destes títulos é o accionista e a empresa que os emite é o emitente. O retorno total obtido com um investimento em acções depende não só da evolução da sua cotação, como também de outros eventos societários, como é o caso da distribuição de dividendos, aumentos ou reduções de capital, ofertas públicas de aquisição. Não devem ser descurados todos os custos envolvidos na transacção e detenção de acções.”¹²

Em suma, estas quatro aplicações diferem e vão ser escolhidas pelos clientes, mediante o nível de risco que desejam suportar, o montante que têm disponível para investir, os prazos de subscrição onde o dinheiro aplicado tem de estar cativo e as condições de mercado que influenciam directamente as taxas de juro.

É de salientar o facto de que abordei as características mais comuns e mais comercializadas nesta agência, sendo que dentro de cada aplicação mencionada anteriormente existem subgrupos com determinadas restrições. Para além disso, mediante o perfil de investidor e do seu historial como

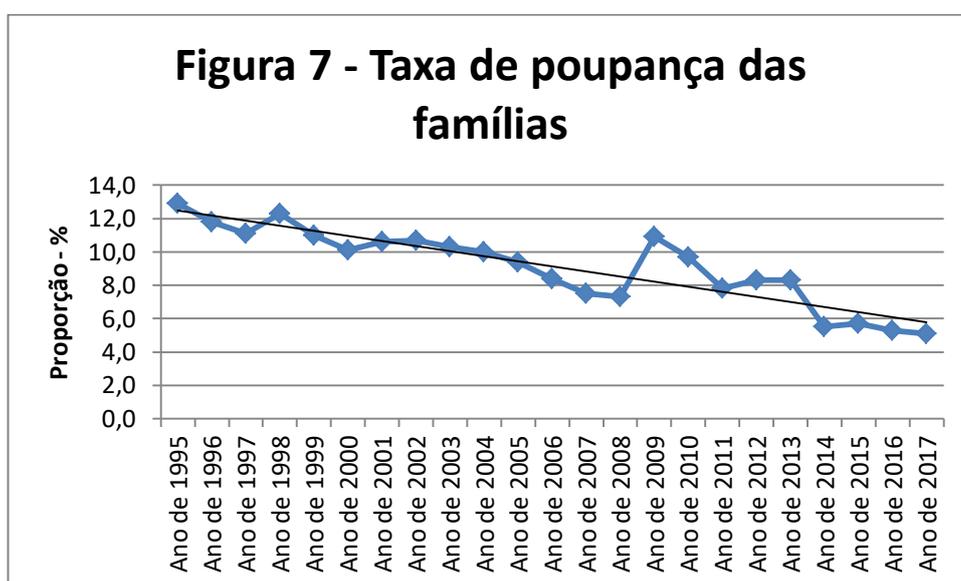
¹⁰ Milton Friedman, prémio Nobel em 1976, apresentou no ano posterior a Hipótese do Rendimento Permanente.

¹¹ Informação retirada do site www.saldopositivo.cgd.pt, consultado no dia 20/06/2019

¹² Informação retirada do site www.cmvm.pt, consultado no dia 20/06/2019

cliente da CGD, existem regras distintas, de forma a favorecer o cliente. Por exemplo, se um cliente decide fazer um PPR logo no início da sua vida activa, não irá subscrever um seguro financeiro, mas sim um Fundo de Pensões Aberto (Fundo sem garantia de capital), que lhe permite obter uma rentabilidade e um benefício fiscal muito maior, e onde o período de investimento é superior aos 5 anos normalmente subscritos.

Olhando para o panorama actual do território português, no ano de 2018, a DECO recebeu 29 350 pedidos de ajuda vindos de famílias sobre-endividadas, sendo que apenas em 2016 este valor foi superior, atingindo os 29 530 pedidos. Em média, as principais causas são o desemprego, a deterioração das condições laborais e as penhoras. A somar a tudo isto, estes portugueses têm rendimentos médios mensais de 1 150€ e cinco créditos com prestações por pagar. Algo em comum é o facto de não possuírem poupanças na altura em que pediram auxílio à DECO, nem demonstrarem hábitos de poupança antigos. Podemos comprovar esta situação através da Figura 7, para dados observados entre 1995 e 2017, onde a taxa de poupança das famílias portuguesas apresentou uma tendência de declínio ao longo dos anos. Sendo que no último ano analisado (2017), a percentagem da poupança bruta em relação ao seu rendimento disponível era de 5,1%. Historicamente é em períodos de crise que se registam os maiores índices de poupança, o que, efectivamente, podemos comprovar na Figura 7: o ano de 2009, pós-crise económica, diz respeito ao pico, correspondendo a uma taxa de poupança na ordem dos 10,9%.

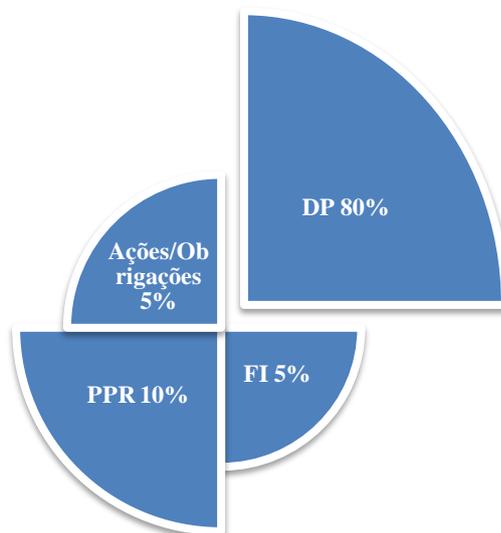


Fonte: Elaboração própria com dados a partir do PORDATA

Este é o cenário geral do território português: empréstimos a aumentar e poupanças a diminuir. Contudo, nesta agência, logo nas primeiras semanas, pude verificar que existe uma tendência contraditória face ao panorama geral, havendo grande propensão para cuidar das finanças pessoais. Como tal, achei desafiador aprofundar este estudo, analisando mais em pormenor a tendência comportamental dos aforradores nesta zona. Começando por decifrar as aplicações da poupança mais requisitadas, apercebi-me de que os depósitos a prazo condensam cerca de 80% das poupanças, os PPR

detêm 10% de clientes, enquanto que os restantes 10% se encontram divididos entre os FI e as Acções/Obrigações, tal como podemos observar na Figura 8.

Figura 8 – Distribuição das poupanças dos clientes da Agência São Miguel - Guarda



Fonte: Elaboração própria através de dados recolhidos ao longo do estágio.

Trançando, em média, o perfil do típico aforrador temos então que: mais de metade dos clientes têm idades compreendidas entre]65;100[, o valor médio do capital investido ronda os 60 000€ e têm nacionalidade portuguesa (migrantes, isto é, que são naturais do interior mas que vivem noutras cidades do país; emigrantes; e, em casos mais esporádicos, clientes que por alguma razão estão temporariamente na Guarda). Tendo em conta o perfil do típico aforrador da Guarda conseguimos perceber o porquê deste escolher maioritariamente DP e não outro tipo de poupança. Pelo facto de serem pessoas reformadas (ou na pré-reforma) não têm grandes planos para investir no futuro, pois consideram que os grandes investimentos já foram realizados durante a sua vida activa. Para além disso, é nestas idades mais avançadas que surgem mais problemas de saúde. Como tal, os agentes económicos necessitam de ter uma aplicação com a liquidez necessária para uma eventual necessidade, por exemplo intervenções médicas ou uma ida para um lar. Estes DP não têm risco, o que é uma característica essencial para que os aforradores se sintam seguros em deixar o seu dinheiro “guardado” numa instituição bancária. Consideram-se agentes económicos avessos ao risco, isto é, a sua utilidade diminui à medida que o risco aumenta. Com as notícias recentes de falências de bancos privados, os aforradores sentem-se mais seguros sabendo que têm o seu dinheiro numa entidade pública, que detém um fundo de garantia de 100 000€, para o caso de uma possível ruptura. Para além disto, o prazo deste tipo de contas renova-se de 6 em 6 meses, é a aplicação que detém prazos mais curtos. Ou seja, se um cliente quiser resgatar o seu capital após 6 meses leva o seu dinheiro juntamente com os juros auferidos até essa data.

De salientar que o facto da Guarda ser uma cidade fronteiriça e com historial de emigração, muitas das poupanças aqui retidas são provenientes dos seus rendimentos nos países para onde foram trabalhar.

4.4) Análise crítica do estágio

Os conhecimentos adquiridos ao longo da licenciatura e do mestrado em economia foram fundamentais para exercer as inúmeras tarefas no decorrer do estágio. As unidades curriculares “Economia Bancária”, “Economia Financeira e do Risco”, “Economia das Instituições e Sistemas Financeiros” e “Economia Monetária e Financeira” permitiram-me compreender a forma de funcionamento dos bancos e a sua importância para a economia. Destaca-se, ainda, a relevância dos conhecimentos na área de contabilidade e de análise de investimentos, que me permitiu entender o mecanismo de tesouraria e a análise de documentos contabilísticos, como os balanços e a demonstração de resultados.

Tendo em conta que a especialidade escolhida no mestrado foi a de Economia Financeira, uma área aliciante para trabalhar no futuro, seria precisamente a banca. Portanto, quando me foi proposto ir estagiar para uma agência da CGD aceitei logo. Além disso, o sistema bancário é um dos principais pilares da economia mundial e, como tal, estar a trabalhar na sua génese é uma mais-valia para o meu futuro profissional.

Durante o meu período de estágio tive a oportunidade de observar certos aspectos a melhorar e outros que se devem realçar, nomeadamente no que toca:

- Ao seu sistema informático. A CGD trabalha com vários programas informáticos, sendo que estes não fazem cruzamento de informação entre si e muitas vezes tem de se voltar a colocar a mesma informação nos programas necessários para que o processo fique completo. Ora, isto duplica o tempo de trabalho e complica o aceleramento dos processos dos clientes. Tanto o próprio sistema operativo dos computadores, como o *software* das aplicações encontram-se desactualizados. Logo na primeira semana deu para ter noção da complexidade destes. Posteriormente com a prática, comecei a entrar no ritmo e a entender o mecanismo e a sua lógica. Os programas são confusos, não são objectivos, nem intuitivos. Por exemplo, para actualizar os dados pessoais de um cliente (BI, NIF, profissão, morada) temos de ir a 6 separadores na PB, no mínimo, sem contar com o tempo desperdiçado a digitalizar documento a documento. De mencionar ainda que ao longo do meu período de estágio ocorreram algumas falhas no sistema operativo da CGD, o que complicou a realização da maioria das tarefas, apesar de não serem falhas com muita duração.
- Do que pude observar, considero que a permanência física dos dois órgãos de gerência numa agência com tanta afluência diária é fundamental. Além da gestão comercial que têm a seu encargo e responsabilidade burocrática enquanto dirigentes, também têm todo o trabalho de fazer a manutenção diária das máquinas automáticas.
- Na minha opinião há certos comprovativos que ao invés de serem impressos, poderiam perfeitamente ser enviados via *email*, como é o caso da FIN, aquando da abertura de conta à ordem. O

que faz com que no final de cada dia se reúna muito papel, que dia sim, dia não, tem de ser submetido num programa informático e posteriormente enviado para a sede, via correio interno. Sendo que, acima de tudo, estariam a contribuir para uma “casa” mais sustentável.

- Neste meu período de estágio uma das funcionárias esteve de licença de maternidade, pelo que não me cheguei a cruzar com ela, e outras duas estavam com dispensa para amamentação, pelo que tinham direito a chegar um pouco mais tarde. Simultaneamente a isto, o mapa de férias continuava activo, pelo que a agência quase nunca estava a trabalhar com 100% de efectivos. Com cerca de 4000 clientes activos e filas enormes diariamente para a tesouraria, senti-me bastante útil ao dar resposta a questões que conseguia resolver sozinha. Nesse sentido, o meu estágio foi positivo e uma mais-valia para a agência, numa altura crítica em termos de recursos humanos.

- Em Novembro de 2014 o edifício sede recebeu uma certificação ambiental (ISO 14001), contudo torna-se um pouco irónico a constatação de desperdício de recursos nesta agência: luzes acesas todo o dia, mesmo na copa e/ou casas-de-banho; qualquer folha mal imprimida tinha como destino o lixo em vez de se poder usar como rascunho; não existe reciclagem, nem separação de resíduos; não usam material reciclado. Mas também compreendo que isto não parte só das directrizes gerais da CGD, mas também da consciência ecológica de cada funcionário.

- A activação da Caixa Directa tanto no *backoffice* informático, como na própria aplicação do cliente é complexa e morosa. Uma sugestão seria em vez de pedir o número do contrato devia pedir-se um *username* ou número de telemóvel, isto porque a maioria dos clientes que acedem ao *home banking* via computador esquecem-se deste número e acabam por ter de ir a agência pedi-lo. Ora, isto é incómodo para o cliente e uma perda de tempo para o banco. A matriz de segurança, apesar de ser um conceito interessante e diferente dos bancos privados, torna-se complexo para os clientes menos literados. Possivelmente, o envio de um código automático e aleatório via SMS seria uma boa ideia para substituir a matriz de segurança.

- Achei que esta agência teve um procedimento interno de boa gestão dos recursos humanos, visto que me chamavam de “colega”, quer fosse à frente dos clientes, ou não.

- A partir do dia 21 de Março a gerência colocou-me na “ilha” de atendimento, local perto da entrada da agência, equipada com o material necessário, e onde permaneci quase todos os dias, até ao final do estágio. Mediante o tempo que aqui tive e também pela opinião dos clientes, o facto de estar alguém logo ali à entrada facilitava o tratamento de questões mais rápidas.

- Na minha opinião a duração de estágio é adequada, visto que só a partir dos 2 meses de estágio é que comecei a compreender melhor a forma de funcionamento da CGD, assim como os seus termos técnicos, e a partir do qual me comecei a sentir confortável em ajudar os clientes, sem ter a necessidade constante de pedir ajuda aos colegas.

- Tal como acontece com os estágios de Verão (Academia de Verão da CGD), seria útil nos próximos anos, os estagiários irem, os primeiros dias, ter formação na sede. Deste modo teríamos ficado a compreender melhor o *modus operandi* próprio desta instituição bancária, as suas normas, as características dos produtos e serviços oferecidos, assim como noções gerais sobre os programas informáticos. Por exemplo, eu desconhecia a forma de trabalhar das cadernetas e todas as suas

funcionalidades, assim como da Caixa Directa, as quais tive de ir aprendendo por tentativa-erro. Ou então, em vez de irmos logo conhecer a sede nos primeiros dias de estágio, também seria interessante se fosse nos últimos dias, de forma a “encaixar” e compreender melhor o encadeamento de todo o processo produtivo vivido ao longo do estágio numa agência local.

- Dentro dos aspectos positivos deste grupo devo ressaltar a existência de apoio telefónico para a resolução de problemas, tanto a nível da CGD como da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., linha essa sempre com alguém disponível no imediato para esclarecimento de qualquer dúvida ou dificuldade que as agências precisem. Nota-se o esforço do grupo em trabalhar em equipa, quer os funcionários estejam em contacto com os clientes, quer estes estejam a trabalhar na sede, em *backoffice*.

- A marca CGD continua a ter muito impacto na escolha dos clientes, principalmente em meios mais pequenos onde a tradição e o antigo imperam. É visível a confiança no banco público em detrimento dos bancos privados, apesar das constantes inquietações dos clientes provenientes de notícias menos boas. A localização geográfica desta agência e o facto de ser de pequena dimensão permitiu claramente uma relação de proximidade entre instituição bancária e cliente.

Antes de vir estagiar para a CGD não tinha noção do quanto os agentes económicos são sensíveis aos *media* e a toda a informação relativa às entidades bancárias. Por exemplo, ao longo do meu período de estágio a CGD enviou cartas a alertar os seus clientes de alterações no preçário, nas comissões de conta à ordem e modificações em contratos de activos financeiros. Nos dias após a recepção destas cartas foram inúmeras as visitas de clientes a questionarem-nos se era necessário averiguar o tipo de produtos que tinham connosco e para os esclarecermos quanto à literacia financeira, a qual a maioria não percebia. Também surgiu uma outra situação peculiar, quando um canal televisivo decidiu fazer uma reportagem sobre a possibilidade de os clientes bancários não pagarem despesas de manutenção de conta nos seus bancos, através da lei de serviços mínimos bancários. Logo no dia seguinte recebemos imensos clientes, de todas as idades e profissões, a questionarem-nos sobre isso. Estas situações ilustram a preocupação e falta de confiança no sistema bancário, ao dirigirem-se à sua agência com o propósito de os tranquilizarmos e certificarem-se de que tudo estava em ordem. Para além disso, também me apercebi de que os clientes andam revoltados com a conjuntura económica, falta de justiça financeira e aumentos nas comissões, a par das taxas de juros dos depósitos baixas. Abordavam-nos de forma agressiva, “insultando-nos” diversas vezes, como se os funcionários da CGD tivessem culpa ou pudessem mudar as coisas de alguma forma. Limitavam-se a “descarregar a raiva e frustração” em cima de nós, uma vez que estávamos a representar a CGD naquele local.

Este estágio revelou-se uma mais-valia para o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos ao longo da minha formação académica na FEUC, sem descuidar os saberes que advieram da licenciatura tirada nesta mesma instituição de ensino. Ao avaliar toda a informação em termos teóricos e posteriormente perceber a sua interpretação na prática revelou-se bastante motivador, ao ver que a teoria no final de contas foi útil. Foi interessante perceber que apesar de o sistema bancário possuir

regras gerais, a própria CGD, como único banco público português, tem a sua própria forma de funcionar e trabalhar.

Foi deveras desafiante em termos de gestão de tempo, de forma a conseguir rentabilizar da melhor maneira o horário de trabalho com o número de clientes e processos para tratar.

Foi satisfatório poder findar este ciclo, conjugando a formação académica com a formação profissional e permitindo-me crescer a nível pessoal. Esta experiência foi extremamente enriquecedora e ao mesmo tempo exaustiva. Tive algumas dificuldades devido à minha inexperiência na área da banca, porém graças ao esforço próprio e dedicação, suportados por toda a equipa da agência fez com que guardasse esta experiência com saudosismo e com gratidão por todos que fizeram com que estes quatro meses passassem num ápice.

5) Conclusão

A crise económico-financeira de 2008 que abalou, não só Portugal, mas todo o mundo económico, evidenciou a falta de controlo e de supervisão que o sistema bancário apresentava até então. O objectivo cego era baseado nos lucros e nas comissões por parte dos bancos, sem preocupações em relação ao que o futuro poderia trazer. Estávamos numa fase do ciclo de expansão económica e, tanto as famílias como o Estado não fizeram uma política contracíclica, isto é, não aproveitaram esse período para fazer encaixes monetários. Os agentes económicos faziam créditos atrás de créditos, sem qualquer tipo de regulação por parte da entidade bancária. A juntar a isso, Portugal apresentava desequilíbrios fiscais e estruturais que antes estavam ocultos. Todavia com o despoletar da crise da dívida soberana, e para tentar evitar males maiores intensificaram-se os esforços de consolidação orçamental e implementaram-se regras mais rígidas no sistema bancário (como é o caso do RGICSF), nomeadamente no que toca ao crédito a particulares. As taxas de juro dos empréstimos aumentaram, enquanto que os aforradores viram os seus retornos financeiros diminuir. A par disto, a comunicação social mostrou ao povo a corrupção e a falta de transparência que se vivia dentro da administração dos bancos portugueses, incluindo a CGD. Houve toda uma tentativa de eufemizar a situação, apresentando uma imagem positiva e de renascimento, de modo a acalmar os agentes económicos.

No meio deste emaranhado de notícias, a administração da CGD mudou, trouxe consigo o Dr. Paulo Macedo que prometia ser o salvador desta instituição. Começou, então, a implementação de um Plano de Recuperação das imparidades, ao qual chamaram Plano Estratégico e que tinha como alvo o país inteiro, nomeadamente as agências que não apresentavam os objectivos pretendidos. A estratégia era boa, mas esqueceram-se que o nosso país, apesar de fisicamente ser pequeno, apresenta diferenças avassaladoras entre as suas demais regiões, principalmente no antitético litoral-interior. O Plano Estratégico foi pensado por gentes do litoral, baseado no litoral e com o intuito de funcionar apenas nessa zona do país. Eu própria, enquanto natural da Guarda, só me apercebi das tendências comportamentais dos clientes bancários daqui, aquando da minha passagem por esta agência. Nesta cidade, que simboliza o interior, os clientes, por exemplo, preferem ir ao balcão depositar cheques do

que fazê-lo nas máquinas automáticas. Prevalece a necessidade do atendimento personalizado, onde lhes possam explicar minuciosamente e com atenção as situações onde têm dúvidas. Outra das características mais peculiares que notei foi a tendência incomum para depositar as suas economias, em vez de as usarem no consumo presente e em forma supérflua, com preferência pelo consumo e bem-estar futuro.

Como tal, achei que seria desafiador analisar e tentar comparar a propensão marginal a poupar do interior com a propensão marginal a consumir do litoral. Todavia, a CGD, tal como as outras instituições bancárias regem-se pela lei do sigilo bancário e como tal não me puderam fornecer a informação estatística que eu pretendia. Devido a esta limitação técnica, tive de me restringir à minha sensibilidade enquanto estudante de Mestrado e tentar traçar a tendência comportamental dos aforradores nesta zona assim como das suas escolhas, em termos médios.

A experiência adquirida através das tarefas desenvolvidas em contexto de trabalho e do contacto com a população ao longo destes quatro meses de estágio permitiram-me compreender melhor o porquê de haver uma tendência tão forte a poupar nesta zona, o que me faz defender que a estratégia implementada pela administração da CGD devia ser diferente no interior em relação ao litoral, pelo facto facto dos costumes e hábitos também serem distintos.

Sendo assim, após estes meses de estágio, a principal conclusão a reter foi o facto dos clientes possuírem hábitos de poupança antigos, que foram passados de geração em geração e de, ainda, terem grande confiança na instituição CGD, por ser integralmente do Estado, sendo que a maioria deles tinham ali as suas poupanças concentradas. Apesar de ser algo intrínseco nos valores desta região, as gerações mais novas apresentam uma tendência decrescente para poupar em relação a duas gerações atrás, devido a vários factores, tais como o facto de já não cultivarem para auto-consumo, de haver algum dos membros do agregado familiar desempregado, de possuírem níveis de instrução a nível do ensino secundário obrigatório e do facto de serem muito influenciados pelos padrões de consumo da moda.

Bibliografia

- AMARO, António [2006]; *Economia e Desenvolvimento da Beira Alta*; Lisboa: Universidade Católica Editora; 467-493.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS. [Consult. 20 fev. 2019]. Disponível em <http://www.apb.pt/>
- BANCO DE PORTUGAL. [Consult. 20 fev. 2019]. Disponível em <https://www.bportugal.pt/>
- BOSWORTH, B. [et al.]; [1991]; *The Decline in Saving: Evidence from Households Surveys*; Brookings Papers on Economic Activity; 183-256.
- CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS. [Consult. 20 fev. 2019]. Disponível em https://www.cgd.pt/Particulares/Pages/Particulares_v2.aspx e <http://intranetcgd>.
- CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (2006, 2008, 2009, 2010, 2016, 2017, 2018), Relatório de Gestão e de Contas. Lisboa
- CARROLL, C. & WEIL, D. [1994]; *Saving and Growth: A Reinterpretation*; Carnegie Rochester Conferences Series on Public Policy; 133-192.
- COMISSÃO DE MERCADO E VALORES MOBILIÁRIOS [Consult. 20 de junho de 2019]. Disponível em <https://www.cmvm.pt/pt/Pages/home.aspx>
- DEATON, A. [1983]; *Saving and Inflation: Theory and British Evidence*; em F. Modigliani (Ed.), *The Determinants of National Saving and Wealth*; St. Martin's Press; Nova York; 53-86.
- DEATON, A. [1992]; *Understanding Consumption*; Oxford University Press; Oxford.
- DECO PROTESTE. [Consult. 20 de junho de 2019]. <https://www.deco.proteste.pt/>
- DREZE, J. & MODIGLIANI, F. [1972]; *Consumption under Uncertainty*; Journal of Economic Theory; 308-335.
- DUESENBERY, James [1949]; *Income, Saving and the Theory of Consumer Behavior*; Harvard University Press, Cambridge.
- FIDELIDADE SEGUROS. [Consult. 20 fev. 2019]. Disponível em <https://www.fidelidade.pt/PT/particulares/Paginas/default.aspx>
- FUHRER, J. & KLEIN, W. [1998]; *Risky Habits: On Risk Sharing, Habit Formation, and Interpretation of International Consumption Correlations*; NBER Working Paper 6736.
- FRIEDMAN, Milton [1957]; *A Theory of the Consumption Function*; Princeton University Press; Princeton.
- GIOVANNINI, A. [1985]; *Saving and the Rate of Interest in LDCs*; Journal of Development Economics; 197-217.
- HALL, R. [1978]; *Stochastic Implications of the Life Cycle-Permanent Income Hypothesis: Theory and Evidence*; Journal of Political Economy; 971-987.
- HEATON, J. [1995]; *An Empirical Investigation of Asset Pricing with Temporally Dependent Preference Specifications*; Econometrica; 681-717.

- HUBBARD, R. & JUDD, K. [1986]; *Liquidity Constrains, Fiscal Policy, and Consumption*; Brookings Papers on Economic Activity; 1-59.
- KEYNES, John M. [1936]; *The General Theory of Employment Interest and Money*; Macmillan; Londres
- LELAND, H. [1968]; *Saving and Uncertainty: The Precautionary Demand for Saving*; Quarterly Journal of Economics; 465-473.
- MARLLEY, J. & MOUTOS, T. [1996]; *Unemployment and Consumption*; Oxford Economics Papers; 584-600.
- MODIGLIANI, F. [1986]; *Life Cycle, Individual Thrift, and the Wealth of Nations*; American Economic Review; 297-313.
- PORDATA, Base de Dados de Portugal Contemporâneo. Disponível em <https://www.pordata.pt>
- SALDO POSITIVO. [Consult. 20 de junho de 2019]. Disponível em <https://www.cgd.pt/Site/Saldo-Positivo/Pages/Saldo-Positivo.aspx#>
- SANDMO, A. [1970]; *The Effect of Uncertainty on Savings Decisions*; Review of Economic Studies; 82-114.
- TOBIN, J. [1980]; *Asset Accumulation and Economic Activity*; University of Chicago Press, Chicago.

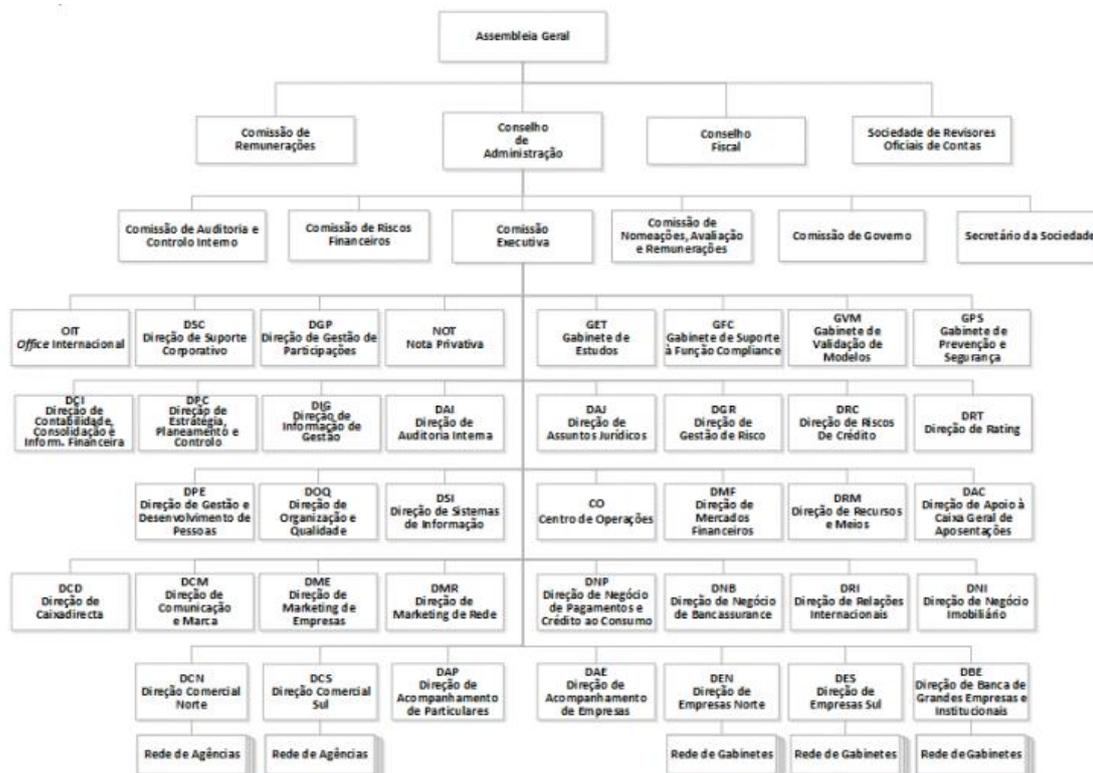
Anexos

Anexo I – Grupo CGD (Percentagem de Participação Efectiva)

	NACIONAL	INTERNACIONAL	
BANCA COMERCIAL	Caixa Geral de Depósitos	Banco Caixa Geral (Espanha)	99,8%
		Banco Caixa Geral (Brasil)	100,0%
		Banco Nacional Ultramarino (Macau)	100,0%
		B. Comercial do Atlântico (Cabo Verde)	58,2%
		B. Interatlântico (Cabo Verde)	70,0%
		Mercantile Bank Hold. (África do Sul)	100,0%
		Parbanca, SGPS	100,0%
		B. Com. e de Investimentos (Moçambique)	63,1%
		Partang, SGPS	100,0%
		Banco Caixa Geral (Angola)	51,0%
GESTÃO DE ATIVOS	Caixa Gestão de Activos, SGPS		100,0%
	CaixaGest		100,0%
	CGD Pensões		100,0%
	Fundger		100,0%
CRÉDITO ESPECIALIZADO	Caixa Leasing e Factoring IFIC		100,0%
	Locarent		50,0%
BANCA DE INVESTIMENTO E CAPITAL DE RISCO	Caixa Banco de Investimento		99,8%
	Caixa Capital	A Promotora (Cabo Verde)	45,3%
	Caixa Desenvolvimento, SGPS	CGD Investimentos CVC (Brasil)	99,9%
SERVIÇOS AUXILIARES	Caixatec- Tecnologias de Informação		100,0%
	Caixanet		80,0%
	Imocaixa		100,0%
	Esegur		50,0%
	Sogrupos Sistemas Informação ACE		80,0%
	Sogrupos Compras e Serviços Partilhados ACE		90,0%
	Sogrupos IV Gestão de Imóveis ACE		82,0%
	Caixa Imobiliário		100,0%
		Imobiliária Caixa Geral (Espanha)	100,0%
		Imobci (Moçambique)	46,3%
OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	Parcaixa, SGPS		100,0%
	Caixa Seguros e Saúde, SGPS		100,0%
	Caixa Participações, SGPS		100,0%
	Wolfpart, SGPS		100,0%
	SIBS		23,0%
	Cibergradual		100,0%
	Yunit		33,3%
		Banco Internacional São Tomé e Príncipe	27,0%

Fonte: Site da CGD https://www.cgd.pt/Particulares/Pages/Particulares_v2.aspx, consultado em Fevereiro de 2019

Anexo II – Organograma Geral



Atualização decorrente das Deliberações da Comissão Executiva de 13/03/2019 e 27/03/2019

Fonte: Site CGD https://www.cgd.pt/Particulares/Pages/Particulares_v2.aspx, consultado em Fevereiro de 2019